



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 18/03/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Falhas na transmissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Bom dia, senhoras e senhores, na qualidade de membro da Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da segunda audiência pública do ano de 2021. Informo que essa audiência está sendo transmitida através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditórios On-Line, auditório virtual. Essa audiência vem sendo publicada no Diário Oficial desde o dia 10/03/2021. Inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara.

Esta audiência pública foi requerida através de um requerimento nº 7, de 2021, de autoria do Vereador Antonio Donato, aprovada na reunião ordinária do dia 03/03, pela Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, com o objetivo de tratar acerca da violência praticada pelas autoridades na ocupação da cidade de São Paulo. Foram convidados para esta audiência várias pessoas ligadas ao tema. E, como se trata de uma audiência virtual, estamos por enquanto avaliando quais são aqueles que estão presentes. Presentes: Vereador Donato, Vereadora Silvia da Bancada Feminista, Vereadora Ely Teruel, por enquanto e Vereador Paulo Frange, na presidência.

Eu vou passar daqui a pouco a presidência ao Vereador Antonio Donato, no momento oportuno, mas nós já vamos dar início trazendo informação que a Secretária Ana Claudia Carletto está numa reunião com o Programa Cidade Solidária e nos encaminhou o Chefe de Gabinete, Luiz Orsatti Filho, que está presente conosco. Obrigado pela sua presença. Agradeço ao Sr. Benedito Barbosa, que está presente, do Centro Gaspar Silva de Direitos Humanos e ao Dr. José Carlos Gomes Alves, que também é nosso convidado. À medida que forem surgindo pessoas eu vou passando a palavra.

Inicialmente eu vou perguntar, antes de passar a palavra, Vereador Donato está nos ouvindo?

O SR. ANTONIO DONATO – Sim, Presidente, estou com uma dificuldade de conexão, mas agora estou entrando pelo celular

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, Vereador Donato. V.Exa. quer iniciar?

O SR. ANTONIO DONATO – Eu prefiro que V.Exa. possa conduzir a audiência até

eu sanar o meu problema no meu computador, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vamos ouvir primeiro a Secretaria de Direitos Humanos. Vou passar primeiro a palavra ao Luiz Orsatti Filho, que é Chefe de Gabinete e representa neste ato a Secretária Ana Claudia Carletto e peço aos Srs. Vereadores que, assim que a gente for conduzindo, a gente vai passando para as falas dos Srs. Vereadores. Está presente aqui conosco também o Vereador Eduardo Suplicy, que é muito bem-vindo, obrigado. Vou passar a palavra para que o Sr. Luiz Orsatti possa fazer a sua manifestação acerca dessa situação que envolve a ocupação na Prestes Maia e o que a Secretaria de Direitos Humanos tem de informação para nos dar neste momento.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LUIZ ORSATTI FILHO – Bom dia a todos Vereadores, colegas... (Falha na transmissão.) ...mas todas as programações da Secretaria atuam de uma forma direta ou indiretamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sr. Luiz Orsatti, um minutinho só. Nós estamos com problema no som, a sua voz não está chegando bem. Peço a todos aqueles que estão nos assistindo que mantenham os microfones desligados para ver se tira um pouco o ruído e talvez uma maior proximidade de V.Exa. possa nos ajudar com o som.

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. LUIZ ORSATTI FILHO – Agora estou mais próximo aqui do microfone, novamente, a Secretaria tem uma atuação de mais de 10 coordenações, LGBT, mulheres pop rua, nenhuma especificamente em ocupação, principalmente desocupação, mas nós... (Falha na transmissão.) ...nessa temática...mais direta é SMADS, (Falha na transmissão.) solicitar a atuação dos Conselhos Tutelares das respectivas áreas para poder atuar em mais questões e, basicamente, Presidente é isso. Enfim, a Secretaria de Direitos Humanos aceitou o convite, nós agradecemos participar especificamente do tema ocupação e desocupação. Ela tem uma atuação mais direta em outras pastas, principalmente, na questão da violência... (Falha na transmissão.) ...tem da coordenação de mulheres, um conjunto de ações e programas de uma

forma que (Falha na transmissão.) ...especificamente, *a priori*, é isso, Sr. Presidente.

O SR. ANTONIO DONATO – Só para contextualizar, essa audiência foi aprovada na Comissão de Política Urbana, por um requerimento meu, mas é requerimento que foi solicitado pelo Vereador Eduardo Suplicy. Então, seria bom se V.Exa. pudesse fazer uma contextualização da necessidade dessa audiência pública, os objetivos dela, então gostaria que V.Exa. pudesse passar a palavra para o Vereador Suplicy, que é na origem o proponente da audiência. E eu fui o padrinho na Comissão, porque eu sou membro da Comissão, mas a ideia da audiência foi do Vereador Suplicy, então, se V.Exa. puder passar a palavra para ele acho que a gente organizaria melhor os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Apenas para a gente situar, estamos falando do edifício Prestes Maia, ocupado desde 2002. Em 2005 foi adquirido pela Prefeitura Municipal de São Paulo para criar moradia popular e depois foi repassado a Cohab. Em 2018 teve um incêndio e nós estamos agora tratando desse episódio recente

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Sr. Presidente, agradeço muito sua atenção e a iniciativa do Vereador Antonio Donato. Diante dos relatos, dos episódios de ações policiais violentas nas ocupações Prestes Maia, Mauá e Ouvidor, vimos alegações frágeis, sem embasamento, como suspeita de furto de celulares sem mandatos judiciais, com uso desproporcional de contingentes policiais e da força. Pudemos identificar violações de direito, com danos ao patrimônio dos ocupantes, impedimento da livre circulação de moradores, coerção, ameaças e prisões bastante controversas, tal qual ocorreu com liderança reconhecida dos movimentos de moradias. Por meio de meu mandato de Vereador, eu tenho me empenhado na interlocução dos movimentos de moradia com o Poder Público, seja em situações como essa, que deu razão ao nosso encontro de hoje. A iniciativa de convocar a presente audiência proposta por mim e por meu companheiro de bancada, membro desta comissão, a quem eu muito agradeço, ao Vereador Antonio Donato, é mais um passo na busca pelo entendimento de respeito à luta social por moradia digna, que é legal e constitucional, uma

luta, em sua relevância, ainda é mais elevada, num período em que a população em situação de rua cresce, de forma acelerada, e que milhões de famílias perderam trabalho e renda.

Pedimos para que essa luta seja respeitada e que as famílias que vivem nas ocupações possam viver em paz, sem o temor constante da ameaça de perda de seus direitos. Tenho agendado reuniões virtuais com autoridades de Justiça e Segurança Pública, visando denunciar os abusos relatados, de cunho do Poder Público, na resolução desses conflitos.

Ainda na última semana, participamos de uma reunião com o Procurador Geral da Justiça, Sr. Mário Luiz Sarrubbo, que revelou a iniciativa de constituir uma rede, para apuração de abusos em ações policiais; e sugeriu que o assunto fosse acompanhado internamente, com a colaboração da Promotoria de Habitação e Urbanismo. Seguindo a orientação do Procurador Geral da Justiça, eu sugiro que desta audiência possamos formar um grupo de trabalho, para monitorar essas ações, que têm se repetido, e desenvolver uma relação de maior transparência e cooperação das forças de segurança, com as lideranças dos movimentos de moradia, alguns dos quais foram aqui convidados para estarem presentes e que estiveram sempre dispostos a dialogar, o que nem sempre... (Falha na transmissão.) ...em trato das abordagens policiais.

Sr. Presidente, são essas as considerações. Eu agradeço muito essa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Agradeço a presença de V.Exa., Coronel Camilo, Secretário Executivo da Secretaria de Segurança Pública. V.Exa. continua tendo o carinho desta Casa. Como V.Exa. conviveu tanto tempo conosco aqui e conhece a todos nós, conhece exatamente o espírito público que nos leva a uma audiência pública como essa.

Tem a palavra o Sr. Coronel Camilo.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Sr. Presidente, eu agradeço. Estou à disposição. A ideia é ouvir, aceitar as sugestões que vão ser feitas aqui, e que o produto dessa audiência pública sirva, seja bem propositiva e que possamos melhorar os procedimentos policiais. Vamos ajudar a melhorar a nossa Segurança Pública. Eu estou aberto. Vou ouvir mais. Depois, ao final, eu posso retornar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Tem a palavra o Sr. Benedito Barbosa, do

Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos.

O SR. BENEDITO BARBOSA - Sr. Presidente, Srs. Vereadores, autoridades, militantes do movimento popular, entidades dos Direitos Humanos, núcleo da sociedade civil participando e movimento popular das ocupações, bom dia. Agradeço especialmente ao Sr. Presidente Antonio Donato e ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy por solicitar, em nome das entidades, essa audiência pública.

Meu nome é Benedito Barbosa. Eu sou advogado do Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, mas também sou do movimento de moradias e coordenador da CMP, Central de Movimentos Populares no município.

Estão presentes outras autoridades, inclusive da Secretaria de Segurança Pública. Nós temos acompanhado, o Centro de Direitos Humanos tem acompanhado há bastante tempo a situação das ocupações de sem teto aqui no centro da cidade de São Paulo, não só no centro, como também na periferia.

Desde 2018, depois do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida - é bom fazer esse registro temporal - temos percebido um recrudescimento da violência, nas ações especificamente da Polícia Militar e da Polícia Civil também nas ocupações.

Queria fazer esse registro, da situação de criminalização de lideranças, inclusive do Movimento de Moradias, especialmente do movimento das ocupações. Trago três casos muito recentes. Acho que a Ivanete Araújo já entrou aqui também na audiência pública. Ela pode depois detalhar melhor essas questões. Eu queria trazer o registro do dia 20 de fevereiro deste ano, no sábado, quando agentes da Polícia Militar ocuparam, invadiram a ocupação Mauá, quebrando, no espaço, destruindo vários equipamentos da ocupação, tirando do lugar extintores e quebrando inclusive câmeras da ocupação, equipamento de segurança de incêndio, que foi instalado inclusive para garantir a segurança depois das vistorias realizadas, depois do incêndio do Wilton Paes de Almeida e também trancando nos quartos, nos espaços também da ocupação, moradores, assustando os moradores.

Queria fazer esse registro porque a gente precisa acabar com esse tipo de ação da

Polícia Militar quando se tem ocupações de famílias sem teto, seja em favelas, seja em ocupações e, quando possível, estabelecer algum tipo de diálogo. Lá na Ocupação Mauá existe uma portaria e ali pode ser feito para adentrar a ocupação algum tipo de diálogo. É preciso que tenha também algum tipo de mandado, a menos que a polícia estivesse fazendo alguma persecução, algum tipo de flagrante delito, algum tipo de situação, aí talvez, possivelmente poderia adentrar a ocupação. Mas nesse caso não estava acontecendo nenhuma situação dessa, não havia nenhum flagrante, não havia mandado, e houve uma ação – na nossa opinião – extremamente desproporcional da Polícia Militar naquela ocupação, inclusive foi detida uma senhora grávida, alegaram uso de drogas dentro desse quartinho, na ocupação, mas depois a pessoa foi liberada pelo estado avançado de gravidez em que se encontrava. E houve a invasão de vários policiais, assustando todo mundo. Por isso é preciso fazer esse registro.

Depois, na mesma semana, houve uma invasão da Polícia Civil na Ocupação Prestes Maia, no dia 25 de fevereiro, à noite, alegando que ali, na ocupação, transitavam furtadores de celulares. As lideranças da ocupação foram chamadas e falaram que nem circulação de furtadores de celular havia naquele local e os policiais verificaram um “gato” na ocupação, prenderam duas lideranças. Elas foram presas, mas depois tiveram o alvará de soltura na audiência de custódia. Pasmem os senhores, que a Silmara, uma das lideranças, foi liberada apenas no outro dia, no sábado, mesmo com o alvará de soltura, emitido na sexta-feira, na audiência de custódia e a outra liderança, o Adriano, foi liberado só na segunda-feira, com o alvará de soltura expedido na sexta-feira. Eles permaneceram presos, detidos no CDP. Estou trazendo essas situações para que a gente possa refletir sobre elas, por que que em comunidades pobres, famílias sem teto sofrem esse tipo de violência?

É necessário que a gente possa pensar alternativas e estando aqui entidades de direitos humanos, movimento social, entidades da sociedade civil e autoridades, que a gente possa encontrar alternativas menos traumáticas, para que a polícia militar possa fazer suas ações e para que a polícia civil possa fazer suas investigações, de modo que não cause

traumas nas lideranças no processo de perseguição, seja no processo de descriminalização de movimentos populares, como a gente tem percebido na cidade de São Paulo, especialmente depois do incêndio do Edifício Wilton Paes de Almeida.

Queria fazer um último registro...

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Dito, desculpa, mas acho que até o Vereador Suplicy acompanhou, sou Raimundo Bonfim, da Central dos Movimentos Populares e conselheiro do Condepe, Conselho Estadual em Defesa da Pessoa Humana. Teve um fato gravíssimo também... (Falha na transmissão.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Raimundo, vou esperar o término da fala do Benedito. Você é o próximo inscrito, aí você se apresenta e faz a sua fala. Vamos ouvir o Benedito.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Eu tinha dado um aparte, mas o som está ruim, tem que melhorar o seu áudio.

E para concluir, ontem, lideranças da Ocupação Mauá enviaram outro vídeo em que policiais militares realizam uma averiguação contra um jovem, na ocupação, por volta das 10 horas da noite. Quando adentraram a ocupação, já armados, retiraram o jovem do corredor, não pediram documentos. Pediram para ele desbloquear o celular e fizeram uma averiguação no celular desse jovem. Ele inclusive estava voltando de uma reunião de trabalho.

Então essas situações estão persistindo, está aqui o Coronel Camilo, porque a gente precisa encontrar alternativas para evitar esse tipo de ação, esse tipo de abordagem que gera constrangimento aos jovens das ocupações. Não estamos aqui falando especificamente das ocupações do Centro. Claro que a gente está tratando do caso da ocupação da área central, mas a gente sabe que esses casos acontecem também na periferia da Cidade, infelizmente. Por isso a gente queria dialogar com o Coronel Camilo, com a Secretaria de Segurança Pública, com todas as autoridades - a de direitos humanos -, com a Secretaria de Direitos Humanos da Prefeitura para que a gente possa encontrar caminhos – como já disse – menos traumáticos e violentos e que a polícia possa realizar o seu trabalho.

Ninguém aqui quer impedir o trabalho da Polícia Militar e nem cercear o trabalho da Polícia Civil, mas certamente há outros modos, outros caminhos para que esse trabalho possa ser realizado sem criminalizar ou prender lideranças do movimento popular e sem realizar ações, como a realizada na Ocupação Mauá, no dia 20 de fevereiro, quebrando os equipamentos do movimento, câmeras e outros equipamentos, de forma desnecessária, traumatizando crianças. Eles invadiram a ocupação com armas de grosso calibre. Imaginem a situação: você está na sua casa e de repente um policial com uma arma de grosso calibre abre a sua porta e invade a sua casa. É uma situação muito difícil.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - Benedito, para concluir.

O SR. BENEDITO BARBOSA – Concluí e acho que consegui relatar as principais questões que certamente serão detalhadas por outras lideranças.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) - OK, obrigado. Com a palavra agora o Raimundo Bonfim. Pode falar, fique à vontade.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – É um complemento apenas, bem rápido. Bom dia a todos e a todas. Eu sou Raimundo Bonfim, sou também militante da Central de Movimentos Populares e sou conselheiro do Condepe, Conselho Estadual em Defesa da Pessoa Humana, pelos movimentos populares.

Indo nessa linha que o Benedito disse, quero acrescentar um relato, Vereador Suplicy e Vereador Donato também, de um fato que ocorreu agora, no dia 10 de março, na Rua Ouvidor, do lado da Secretaria da Segurança, a cem metros. Saiu uma matéria na Rede Globo sobre um furto de duas luminárias e, segundo o relato de um vizinho, ele não tinha visto essa luminária na ocupação; inclusive uma ocupação de ativistas culturais, de fortíssimo trabalho cultural ali na Rua do Ouvidor e, pasmem, a Polícia também entrou sem mandado de segurança. Quer dizer, um absurdo. Simplesmente pela suspeita, os moradores foram levados para a delegacia. Depois, todos os relatos que nós recebemos do Condepe é de que não tinha absolutamente nada a ver, ou seja, a luminária não estava lá na Rua do Ouvidor.

Então, é um fato gravíssimo, uma violação ao lado das pessoas em plena luz do

dia, e com locais escolhidos, onde só há gente pobre e trabalhadora moradora. Na verdade, essa situação chegou ao Condepe no dia 10 de março e foi um pouco nessa linha dos relatos do caso que o Dr. Benedito relatou. Apenas para dar mais um exemplo de situação de violência e de agressão para a qual nós precisamos encontrar uma maneira de dar fim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.k., Raimundo, obrigado.

Tem a palavra o Sr. Alexandre Bonfin.

O SR. ALEXANDRE BONFIN – Eu gostaria de parabenizar os companheiros pela fala e dizer que, da mesma maneira que isso está acontecendo no Centro, acontece na periferia. Moro na zona Leste e aqui não tem sido diferente. Eu não sei por que – e até gostaria que o Coronel Camilo pudesse responder – o policial se sente ofendido quando alguém quer filmar a sua ação. Se ele é um servidor público a serviço da população e se não está havendo nenhuma violação nem qualquer desvio de conduta, por que ameaçar prender, tirar e quebrar o celular de quem está filmando? Por que isso tem acontecido? Eu também não autorizo ser filmado dentro do metrô ou dentro do supermercado, mas eu sou filmado a todo momento e não tenho esse tipo de atitude. Por isso, eu gostaria de entender por que eles tratam com tanta violência quando alguém quer filmar a ação. Eles dizem que vão processar, que vão prender e são agressivos.

A violação de direitos acontece também quando entram na ocupação, que tem crianças, idosos e portadores de deficiências presentes, que se deparam com policiais fortemente armados. As pessoas ficam com medo, acabam correndo, e a gente sabe o que acontece.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – O.k.

Coronel Camilo, esse prédio é bastante conhecido de todos nós e é um conjunto bastante complicado do ponto de vista da edificação, pois tem um bloco na frente e dois atrás, praticamente em diagonal, com passagens internas. Esse tipo de abordagem nesse tipo de ambiente, eu entendo que é realmente muito difícil. Naturalmente, essas situações que

acontecem que envolvem os direitos humanos são bastantes complexas para nós que estamos sempre em defesa dessas pessoas, mas eu gostaria que V.Exa. nos falasse alguma coisa exatamente sobre esse tipo de abordagem nesse tipo de ambiente, ainda mais com passagem por baixo. Existe algum protocolo para que esses ambientes sejam abordados dentro de uma segurança muito grande para que não aconteçam episódios que eventualmente invadam os direitos das pessoas? Qual é o tipo de protocolo que existe na Polícia para entrar num ambiente desses, um ambiente complicado, um prédio difícil, uma construção antiga, com fios expostos, com todos os tipos de problemas e com passagens internas e com outras pessoas que, muitas vezes, não são do ambiente? Qual é o tipo de protocolo que a Polícia tem para prevenir esse tipo de abordagem?

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Presidente Paulo Frange, eu queria sugerir que fosse também ouvida a Sra. Carmen Silva, uma importante liderança da Ocupação Nove de Julho, além de protagonista, líder e até artista do filme sobre o Hotel Cambridge. Como ela está presente e conhece muito a situação, eu gostaria de sugerir que fosse dada a palavra a ela também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vereador Supply, ela é a próxima inscrita.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Eu só fiz essa pergunta ao Coronel Camilo até para que nós possamos obter mais informações a respeito da abordagem em si, quais são os cuidados e que tipo de protocolos existem.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Vamos falar pontualmente sobre o prédio da Rua do Ouvidor que V.Exa. está citando. Primeiramente, quero deixar bem claro que, embora tenha sido citado que não havia nada de evidência, o denunciante mandou uma foto com a luminária. Portanto, a Polícia não foi lá gratuitamente. Como foi a Polícia Civil que apareceu lá, nós precisamos verificar se estava acompanhada de delegado para fazer a busca, que foi durante o dia. O prédio, em tese, não é totalmente fechado e há movimento de muitas pessoas, pois é praticamente um centro cultural. De qualquer forma, sobre todos esses casos que foram

citados, eu peço a todos que me escrevam ou me mandem um ofício para nós verificarmos o que andou em cada Polícia.

Nós trabalhamos a partir de três princípios. O primeiro deles é o respeito aos direitos humanos e, quando isso não acontece, nós agimos severamente. Sobre isso, portanto, eu não vou me alongar agora e falarei mais ao final.

Especificamente sobre o Ouvidor, houve uma denúncia, mandaram uma foto da luminária no topo do prédio, e o próprio delegado de polícia mandou fazer uma busca. Pelo que eu entendo daquele prédio, ele é um ambiente praticamente aberto e, se foi tomada alguma atitude que não deveria, eu desconheço como foi a ocorrência e eu preciso levantá-la para verificar o que foi feito. Na realidade, a Polícia só entra com uma fundada suspeita e se for um ambiente fechado das outras pessoas, respeitando a lei. Tem que ter autorização ou tem que ter, então, um mandado de busca. Não sei se teve mandado, não acompanhei, estou sabendo disso agora. Soube por causa da luminária que isso acabou sendo repercutido na Polícia e acabamos tomando conhecimento.

Sobre esse fato da Ouvidor, vou conhecer como que está sendo feito, o que foi feito, o que foi a ocorrência, se teve a luminária, se não teve luminária, se achou a luminária ou não. O que eu me lembro é que tinha uma foto da luminária no topo do prédio. Então, não tenho como falar muito mais sobre isso.

Agora, depois, no geral, vou falar sobre vários aspectos que estou anotando que todos estão falando e o mais importante deles é que a gente está aqui realmente para ouvi-los e para dialogar. Vamos fazer sugestões. O foco no resultado desta audiência para as polícias.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Coronel.

A próxima inscrita é a Sra. Carmen, que o Vereador Eduardo falou.

Tem a palavra a Sra. Carmen.

A SRA. CARMEN SILVA – Bom dia a todos.

Quero agradecer por este momento de escuta. Coronel Camilo, eu sou Carmem Silva, líder do MSTC. Antes da sua gestão na Secretaria de Segurança Pública, nós, dos

movimentos organizados, tínhamos já impetrado uma audiência com esta Casa, com a Secretaria de Segurança Pública onde colocamos que isto não vem à tona esta violência policial agora, mas um preconceito da própria Polícia - tanto faz a Civil, como a Militar - em relação as ocupações, aos moradores das ocupações.

Nós, os movimentos organizados, sempre estivemos à frente de diálogo. Nesta Casa já propusemos, inclusive, vários protocolos. Pedimos ajuda de como poderíamos contribuir para que esse ranço, esse preconceito, esse embate entre a Polícia e nós - lideranças e moradores das ocupações – cessassem. As nossas portas sempre foram abertas.

Em 2018, de lá para cá, a violência nas ocupações se adentrou de uma forma política. A Polícia sendo instrumento político para fazer essa devassa, essa questão de violência contra nós, mas uma questão totalmente política.

Tive meus filhos presos. Fiquei foragida por uma carta anônima. Eu me pergunto: uma pessoa que estudou tanto, estudou, e não é só a Polícia, isso também vem de outros com cargos até superiores, que passaram por um doutorado, passaram, primeiramente, por uma faculdade, por um doutorado e se prestarem a um papel desses. Estamos na hora, sem ofensa, por favor. Coronel, não quero ofender, mas a gente fica indignado de ver nós, trabalhadores, que contribuimos efetivamente com a ordem sermos julgados como marginais. A companheira Ivanete está aqui e ela vai passar o que ela passou.

Em 2018, após a queda do Hilton Paes, está mais acentuada essa discriminação e preconceito e essa questão é política. Inclusive, tenho aqui, Srs. Vereadores, uma proposta. Existe a Portaria 356, da Prefeitura, de 2018, que é o grupo executivo que determina a vistoria nas 51 ocupações da região Central e também tem um relatório do Comdec, que é o Relatório 026, da mesma Portaria, e que vocês também fizessem parte dessa Comissão. A Câmara Municipal de São Paulo fizesse parte dessa Comissão, desse grupo executivo e a própria Secretaria de Segurança Pública e, também, a Polícia Civil para ver quem são os moradores de ocupação.

Confesso ao senhor que estou vivendo momentos em que eu tenho medo de andar

na rua, tenho medo de abrir a porta e eu não queria ter essa insegurança com uma instituição tão séria que é a Polícia Civil e que é a Polícia Militar.

Então, Coronel, estou aqui disposta a abrir nossas portas para que vocês venham saber, de fato, quem somos nós e qual é o nosso papel dentro da sociedade.

Além disso, se nós, movimentos organizados, temos de contribuir efetivamente com a próprio Poder Público, com a Prefeitura dentro dos Conselhos de Habitação, dentro de todos os Conselhos que há na Cidade, contribuindo muitas vezes até para acompanhar para eles poderem ter o acesso direto, também queríamos ter esse respeito por essa parte.

Agradeço a esta Casa, a Câmara dos Vereadores, aos Vereadores presentes e ao Sr. Coronel Camilo. Faço o papel de pedir a vocês que façam parte desse grupo executivo, que é uma Portaria determinada pelo Prefeito Bruno Covas em maio de 2018. É a Portaria 353. Inclusive, agora, vão recomeçar essas vistorias que são para saber como os movimentos procedem com as alternativas de segurança dentro das ocupações. Se fossemos seus inimigos, não teríamos essa abertura para que o Poder Executivo e esta Comissão estivessem dentro das nossas ocupações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Dona Carmen.

Tem a palavra o nobre Vereador Aurélio Nomura. (Pausa).

Vamos passar ao próximo inscrito. Ivaneti Araújo. (Pausa).

Vereadora Silvia, V.Exa. gostaria de falar? (Pausa). Tem a palavra a nobre Vereadora Silvia, em seguida, retornamos na chamada.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Estamos aguardando, Presidente Paulo Frange, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim. V.Exa. quer falar, Vereador Eduardo? (Pausa). Vereador Eduardo Supply está nos ouvindo ou não? (Pausa).

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Sr. Presidente Paulo Frange?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sim.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Gostaria de me inscrever para falar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Vou passar a palavra para que V.Exa. possa falar. Pode ser agora?

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Pode ser agora.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Tem a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Obrigada. Primeiro, eu queria cumprimentar os Vereadores Donato e Suplicy por terem, de comum acordo, chamado esta audiência pública. Queria cumprimentar os meus companheiros, aqui, de movimento popular: a dona Carmen, o Benedito, o Raimundo, têm outros aqui que eu não conheço pessoalmente, mas queria cumprimentar todos. Também quero cumprimentar o Coronel Camilo e dizer que eu acho que esta audiência é muito pertinente, é um tema recorrente. Nós, vira e mexe, recebemos mensagens de que as ocupações estão com operações policiais e acho que essa necessidade do movimento, de saber qual é a posição real da polícia é muito importante. Isso porque, na matéria que saiu logo depois da invasão policial na ocupação Mauá, foi noticiado que 20 policiais invadiram o local sem um mandado. Ou seja, uma coisa inadmissível. Nenhum de nós tem a sua casa invadida pela polícia e por que nas ocupações isso acontece? Eu acho que não tem outra explicação que não seja o preconceito, o racismo estrutural que existe na sociedade de achar que dentro das ocupações não têm pessoas trabalhadoras, não têm pessoas com direitos. Então, eu acredito que essa prática por parte da polícia, que é recorrente, a partir dos relatos aqui colocados. É uma prática que deve ser repudiada. Nós temos de ter um respeito pelas ocupações, tanto as ocupações na periferia, tanto as ocupações no Centro de São Paulo, elas acontecem por uma necessidade social, e mais: por uma inércia, omissão e, às vezes, até mesmo por uma política equivocada dos poderes públicos que não desapropriam os prédios, que não colocam esses prédios para aluguéis sociais, para moradias populares, não restando alternativa senão a ocupação, que é um instrumento legítimo da luta popular. A ocupação Mauá, que já tem 14 anos, é um instrumento legítimo da luta popular, assim como outras ocupações e são moradias populares, com pessoas trabalhadoras, com pessoas portadoras de direitos.

Então, nada justifica uma invasão policial da forma como foi feito, sem mandado, com 20 policiais. Eu acho que isso assusta os moradores, assusta as famílias, assusta as crianças. Imagino os filhos dos moradores vendo os policiais entrarem em seu prédio, em suas casas. Isso é uma coisa que não desejamos a ninguém e acho que isso requer, realmente, uma outra postura da polícia, uma modificação das regras, das normas. Então, eu acredito que esta audiência tem de servir para isso, para que haja uma transformação, uma modificação desse tipo de conduta, eu acho que este é o objetivo. O diálogo é importante. É importante que o Coronel Camilo esteja aqui, é importante que esteja ouvindo. Reitero o meu cumprimento a ele, mas é importante que este diálogo sirva para mudar essas orientações, essas condutas da própria Polícia Militar.

Eu também queria dizer que neste momento da pandemia nenhum tipo de reintegração de posse, nenhum tipo de remoção pode ser feita, pode ser executada. Estamos em um momento muito grave. Ficamos sabendo que nas quadras 37 e 38 da Cracolândia haveria uma remoção no dia 10 de março. Felizmente, essa remoção foi postergada e acho que nenhum tipo de remoção, nenhum tipo de reintegração de posse pode ser executada, nem a pedido do Poder Executivo e nem, também, as forças policiais devem executar esse tipo de ordem em um momento tão grave como este, em que se fala para as pessoas ficarem dentro de casa. Mas, aí, as remoções e a reintegração de posse colocam as pessoas exatamente nas ruas. Então, eu acho que é um momento gravíssimo em que devemos ter, de todo o poder público, este compromisso: nenhuma remoção, remoção zero, despejo zero, reintegração de posse zero neste momento em que estamos vivendo. Defendemos que nunca tenha, mas neste momento principalmente, porque a situação é muito grave.

Então, só queria mesmo cumprimentar e dizer que estamos juntas com o movimento popular em nossa Bancada Feminista do PSOL e estamos à disposição para aquilo que for necessário, para lutarmos juntas por uma moradia popular digna, porque as pessoas trabalhadoras da nossa cidade, o nosso povo, todos merecem viver com dignidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Vereadora Silvia.

O próximo a falar é o Sr. Avanilson Araújo. (Pausa) Vereador Aurélio Nomura voltou ou não? (Pausa) Não. A Sra. Ivanete Araújo, tem a palavra.

A SRA. IVANETE ARAÚJO – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero agradecer por este momento. Quero agradecer aos Vereadores Donato e Eduardo Suplicy; ao Benedito Barbosa, que nos ajudou para que este momento acontecesse. Quero agradecer a todos os presentes que estão nos ouvindo, trocando informações, para que todos nós, juntos, possamos conseguir tirar um encaminhamento digno para todas as partes, inclusive para a parte mais excluída.

Eu sou Ivanete Araújo. Sou coordenadora do Movimento de Moradia na Luta por Justiça. Coordeno três imóveis, aqui, no Centro da Cidade: Avenida Prestes Maia, 911; Rua Mauá, 340; Avenida Ipiranga, 908.

Veja bem, só para deixar claro aos senhores aqui presentes, a ocupação só se dá por necessidade das famílias que não têm onde morar e por falta de interesse político de resolver, como está garantido no Art. 6º, da Constituição Federal, todo cidadão tem direito à moradia, mas quando isso vem à prática, infelizmente não é o que está na Constituição Federal.

Então quando passamos a fazer as ocupações não é ocupar só por ocupar. É ocupar para denunciar o imóvel vazio sem função social da propriedade, que acaba devendo milhões aos cofres públicos. Esse valor deveria ser revertido para a Educação, moradia, Cultura e tantas outras coisas e infelizmente não é.

Por isso, esses proprietários ficam com essa dívida e muitas famílias não têm onde morar. Aí juntam-se o prato cheio e a vontade de comer, passamos a fazer a luta por essas questões, pela necessidade. Infelizmente nem na rua está dando para ficar, há um tempo atrás o Padre Júlio precisou tirar aqueles concretos embaixo do viaduto, porque tinha limitações.

Quero falar um pouco referente - especificamente para o Sr. Coronel Camilo - ao que aconteceu conosco no dia 20. Bendito o nosso Advogado Dito, a nossa companheira de

liderança, Carmem, isso já vem não de agora. Já vem de alguns anos e veio a piorar depois que o prédio de vidro caiu. Jogaram nas costas do movimento pelas lideranças organizadas toda uma responsabilidade que não é nossa e sim do Poder Público, porque se a família vem a ocupar – é aquilo que disse – não há o interesse do Poder Público.

Ao invés do Judiciário cobrar o Poder Público, acham mais fácil criminalizar os movimentos sociais organizados. Isso já vem acontecendo há alguns anos, a Carmem hoje tem as suas limitações, tem de explicar para a Justiça aonde está indo, eu a mesma coisa, e tantas outras lideranças, acho que a companheira Cleisa, não sei se vai falar, mas outras lideranças também no mesmo sentido.

No dia 20 de fevereiro nos deparamos, inclusive, estava na portaria, com a invasão, Coronel, isso sim é invasão. Quando ocupamos é por estado de necessidade e um imóvel vazio. A Polícia invadiu a nossa casa, nossa ocupação com mais de 14 anos, não informou na portaria o que estava acontecendo, para onde estava indo. O portão estava fechado e simplesmente a porteira ficou retraída, com medo e ouviu aquela ordem: abre. Com cachorro, com arma em punho, inclusive, mandei os vídeos para que chegassem até os senhores.

Aí existe uma decisão do STF, que para entrar no local precisa de um mandado. Em nenhum momento foi apresentado um mandado e nem nós convidamos a adentrar na nossa casa, foi invadida. Entraram nas casas das famílias, dos moradores, pediram para que ninguém saísse de suas casas. Fomos simplesmente obrigados a ficar mais de duas horas dentro das nossas casas e eles quebrando tudo aqui dentro.

Para concluir, também tivemos a mesma ação na Prestes Maia, e infelizmente saíram de lá a nossa companheira Silmara e o nosso companheiro Adriano Sukita, presos, como se estivessem cometendo o pior crime do mundo.

Quero dizer, Coronel, por favor, pare de nos perseguir, não somos o inimigo número um da Segurança Pública. O que estamos fazendo é uma luta que está garantida no Art. 6º, e esse direito está violado para os nossos trabalhadores sem-teto de baixa renda. Enquanto houver um sem-teto, família precisando de moradia e prédio vazio sem função social

da propriedade a nossa luta vai continuar.

Tinha mais coisas, mas infelizmente o tempo é curto. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Temos mais dois inscritos, o Sr. Arlindo Amaro, está presente? Tem a palavra.

O SR. ARLINDO AMARO DOS SANTOS – Boa tarde, meu nome é Arlindo Amaro dos Santos, sou morador aqui do Ipiranga, primeiro lugar, parabéns a todos os Vereadores pela iniciativa de fazer esta audiência pública.

Quero lembrar que a Constituição Federal prevê, em seu Art. 182, o direito à moradia. Em seguida vem o Estatuto da Cidade, rezando que toda a cidade deve ter o plano diretor, seus planos de bairros, para que fizesse os projetos necessários para a cidade.

Sabemos que no Centro da cidade de São Paulo existem mais de 500 habitações vazias. No Ipiranga, temos o corredor da Presidente Wilson e outros com mais de 500 galpões totalmente vazios. Pergunto aos senhores: cadê o IPTU progressivo da cidade de São Paulo previsto no Estatuto da Cidade? Gostaria que os senhores respondessem.

O Centro Histórico da cidade de São Paulo, da maior metrópole do Brasil, está nesse caos urbano que é vergonhoso para nós, moradores da Cidade. O plano diretor da cidade de São Paulo não é implantado, até vamos discutir na Câmara Municipal em breve o plano diretor, a revisão do plano diretor porque nada foi implantado na Cidade.

Conhecemos São Paulo, desses mil e quinhentos quilômetros quadrados que a Cidade tem, nós temos 4,5 milhões de pessoas morando em favelas. Não é porque querem morar na favela, simplesmente não têm habitação, porque o Poder Público não tem interesse de fazer habitação. Quatro mil e quinhentas pessoas jogadas nas ruas da Cidade, fazendo a maior sujeira na cidade de São Paulo, não é porque querem. É porque não há interesse do Poder Público de rever isso. As leis existem e quem faz cumprir as leis, qual é a função do parlamentar em relação aos planos de metas que são prometidos e prometidos. E ninguém tem responsabilidade social de fazer cumprir.

Então quando o cidadão é eleito, principalmente o Poder Executivo, que faz o

juramento perante a Câmara Municipal, perante a ALESP, que vai fazer acontecer e não vemos acontecer. E nenhum parlamentar, tanto a ALESP como a Câmara Municipal, não cumprem as suas funções de cobrar, de fiscalizar o Poder Executivo nos planos de metas.

Nós temos na administração anterior 71 planos de meta, dos quais foram cumpridos apenas 20%. Nós temos problema da saúde, da moradia, do saneamento básico.

O centro da Cidade, de modo geral, já teve tantos projetos de revitalização, mas nós não vemos acontecer. É só reuniões e reuniões, audiências públicas. Então, repito que o Plano Diretor tem que ser implementável na cidade de São Paulo, os planos regionais, as 32 Subprefeituras, é uma vergonha, porque você vê Subprefeitos que não têm capacitação técnica para dirigir um bairro com quase 150.000, 480.000 pessoas. O cidadão senta lá, e pronto.

Então tem de haver pessoas nas Subprefeituras para que façam valer os planos de bairro. Desenvolvimento social e econômico dependem dos planos de bairro. Eu gostaria que os Vereadores tomassem a sua posição de cumprir a função de fiscalizar o Poder Executivo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado. Tem a palavra o Allan Ramalho, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

O SR. ALLAN RAMALHO – Gostaria de agradecer os Srs. Vereadores, as Sras. Vereadoras, agradecer a Comissão, ao Vereador Donato, ao Vereador Suplicy, e cumprimentar todos os que compõem este evento.

Para a Defensoria, eu acho importante a gente colocar algumas balizas jurídicas. A gente vive num Estado de Direito e a gente tem uma limitação do poder do Estado, que encontra limites na sua atuação. Essa limitação envolve valores, princípios, direitos fundamentais, então com o valor básico, a legalidade, os princípios da legalidade; e os direitos fundamentais, um dos principais seria a inviolabilidade de direito por parte do Estado.

O Estado, desde a sua concepção liberal clássica, tem deveres de abstenção, deveres de não agir, principalmente quando são envolvidos alguns direitos importantes, como da integridade física. Um desses direitos é certamente a inviolabilidade do domicílio. E a gente

precisa, cada vez mais, afirmar as ocupações, reafirmar, na verdade, que as ocupações constituem a casa e o domicílio de diversas pessoas. Então, a ocupação, ainda que ela tenha algum caráter cultural, ela serve de moradia para muitas pessoas. Assim, a mesma contenção jurídica que se concede a outras casas, de outros grupos populacionais; certamente, num regime democrático, também precisam ser garantidas as ocupações da população sem teto.

É importante afirmar, então, que essas ocupações são invioláveis, tanto quanto qualquer casa de qualquer brasileiro ou brasileira. Nesse sentido, essas pessoas precisam ser cada vez mais compreendidas como sujeito desse direito: o direito da inviolabilidade. Então, o ingresso nas ocupações, como o ingresso a qualquer casa, está subordinado a requisitos, como a expedição de um mandado, que deve ser cumprido durante o dia; ou quando os policiais sem mandado precisam estar numa posição de perseguição, ou numa situação de certeza de cometimento de crime naquele momento, ou em caso de desabamento, de incêndio, de desastre, por prestar socorro a alguém; ou, de fato, quando algum morador autorizar.

E aí a gente teve o importante habeas corpus do STJ, que vem afirmando esse direito cada vez mais. Por exemplo, o STJ afirmou que não é suficiente uma denúncia anônima para que subsidie uma atuação invasiva da polícia, desacompanhada de mandado judicial; que essa denúncia precisa ser acompanhada de outras diligências e que, se os policiais precisarem legalizar uma diligência, eles devem registrar a autorização do morador em vídeo, ou em áudio, de forma a não deixar dúvida do consentimento dos moradores. Isso foi expresso no HC 598051, também do STJ.

E é uma posição institucional da Defensoria que as pessoas tenham o direito de gravar e de filmar a atuação policial. É uma posição institucional do Núcleo Especializado em Direitos Humanos da Defensoria, e da Defensoria como um todo.

Existem vários elementos da Constituição Federal que dão sustento a esse direito, seja o princípio da legalidade, em que ninguém é obrigado a deixar de fazer coisa, a não ser em virtude de lei. Então não existe uma lei que fale que é ilegal gravar.

A informação é direito de todos, e o policial tem o direito de imagem como qualquer

outro cidadão, mas quando ele está na atividade policial existe um interesse público da sociedade nessa vigilância e verificação da legalidade da atuação policial. Então, além dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade, é uma posição institucional da Defensoria que os ocupantes ou qualquer outra pessoa tenha o direito de gravar a atuação policial.

Acho que a gente pode caminhar também para estabelecimento de procedimentos, regulamentação interna, principalmente para que a gente possa implementar nesses registros e protocolos o entendimento do STJ sobre a obrigatoriedade de o próprio policial filmar a autorização ou o áudio do morador. E, caso isso não aconteça, que o próprio morador tenha o direito de fazer esse registro em áudio ou em vídeo.

Por fim, eu gostaria de agradecer o convite à Defensoria Pública e cumprimentar a Secretaria de Segurança Pública e os demais órgãos de Estado presentes e colocar à disposição a Defensoria para colaborar com os procedimentos e encaminhamentos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado pela fala esclarecedora.

(NÃO IDENTIFICADO) – Sr. Presidente, só para dizer que eu anexei a decisão no Chat, a que o Dr. Allan se referiu, para que inclusive possa ser juntada aos anais desta audiência pública. Que essa decisão é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Sem dúvida. Toda a audiência pública é documentada e registrada pela Taquigrafia também, é importante. Muito boa a fala. Próximo é o Sr. Henrique Ollitta.

O SR. HENRIQUE OLLITTA – Eu queria saudar os Vereadores presentes, o companheiro Donato, o companheiro Suplicy, especialmente a presença do Coronel Camilo. E esclarecer ao Coronel que, da parte da nossa ocupação, a Ocupação Douglas Rodrigues, na Vila Maria, na Zona Norte de São Paulo, nós sempre tivemos, com a cúpula da Secretaria de Segurança Pública um diálogo aberto, que eu espero que continue ocorrendo.

Eu queria dividir a minha intervenção em duas partes: uma primeira para uma

consideração geral e a segunda para uma proposta.

A primeira consideração geral que eu queria aproveitar [para fazer] nesta audiência pública é dar conhecimento às autoridades, ao Cel. Camilo e aos Vereadores – ao Vereador Frange – que os movimentos sindicais e populares do país têm claro que esses problemas todos que nós enfrentamos com relação à segurança pública decorre da criação da Polícia Militar, 52 anos atrás, em plena ditadura militar.

As ações da Polícia Militar na cidade de São Paulo visam, em muitos casos, ou na maioria dos casos, e especificamente em relação às ocupações, punir e criminalizar aqueles movimentos organizados que lutam em defesa do direito dos trabalhos e do povo. O que explica, por exemplo, que essas flagrantes violações dos direitos dos trabalhos, esse pé na porta constante na porta da casa dos trabalhos, ocorre na periferia cotidianamente, nas nossas ocupações, e não ocorre, por exemplo, nas casas do Jardim Europa, nos apartamentos da Vila Nova Conceição. Essa pergunta os trabalhadores todos do país conhecem.

É evidente que, no âmbito desta Câmara Municipal, e desta audiência, nós não vamos resolver esse problema; é necessária uma ampla discussão no país – que eu acredito que seja abordado numa Assembleia Nacional Constituinte –, para encerrar essa página triste da história do povo brasileiro, que foi a criação dessa polícia que não serve para combater o crime, não serve para cuidar da segurança pública do povo, e serve, na maioria dos casos, sim, para reprimir os nossos movimentos, os sindicatos, as organizações populares. É para isso que essa polícia foi criada. Eu reafirmo: não vai ser no âmbito desta comissão. Mas é importante deixar claro que nós temos conhecimento disso, e que uma luta ampla do povo brasileiro, nesse sentido, deve dar conta desse problema, e nós termos isso claro.

Por fim, eu queria fazer uma proposta para o Coronel Camilo: há uma desconexão, Coronel, entre o que faz a cúpula da Secretaria de Segurança Pública e os seus comandados na rua, no chão. Há uma desconexão. Os seus comandados cometem flagrantes violações dos direitos dos trabalhadores e do povo – violações à lei, agressões, etc. Nós precisamos de um canal de 24h com a Secretaria de Segurança Pública. Não adianta nós procurarmos a

Secretaria de Segurança Pública depois que os acontecimentos ocorrem. No caso, na nossa Zona Norte, na Vila Maria, nós precisamos ter um canal oficial na Secretaria de Segurança Pública que possa nos atender imediatamente quando os acontecimentos estão ocorrendo, para que possamos ter um diálogo permanente. É evidente que os Vereadores podem nos ajudar nisso, mas é necessário que a Secretaria de Segurança Pública assuma essa responsabilidade de alguma forma. Não adianta a gente chorar o leite derramado, depois de três, quatro dias, e encaminhar um ofício ao Secretário de Segurança Pública e a Secretaria dizer para nós que vai apurar o caso.

Muito obrigado, Vereador Frange.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Muito obrigado, Henrique.

Augusto Luiz de Aragão Pessin.

O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAGÃO PESSIN – Obrigado.

Venho em substituição à Sra. Larissa Gomes, que não conseguiu se conectar, por problemas técnicos, nesse cenário de pauperização extrema em que vivemos. Enviou um áudio, que eu vou passar, vez que é fundamental que a população fale e que a pessoa se manifeste. Peço que entendam que estamos num momento de fragilidade, de dor. A violência, quando entra numa comunidade dessas, detona muitos gatilhos e causa muitos problemas profundamente desumanos. Então passo o áudio imediatamente, e, na sequência, explicarei brevemente.

[Transcrição do áudio: Eu não sei se é o delegado, quem foi que falou aí que a gente é um centro cultural, que a gente está sempre aberto. É mentira. O centro cultural está fechado, nós estamos em pandemia, as portas estavam fechadas. Eles oprimiram quatro, cinco pessoas aqui; inclusive, eu. Ficamos muito mal depois disso tudo. Eles colocaram arma na cabeça de um pai com uma criança no colo, eles oprimiram dois caras negros. Entre todas as pessoas que estavam no local, eles escolheram dois negros, enquadraram, colocaram arma na cabeça. Todo mundo estava acordando de manhã pra ir comprar pão. Eles entraram com muita

violência. Então eles não venham falar que é um centro cultural aberto, que eles podem entrar, não, porque nós estamos em pandemia e nós estávamos fechados.]

O SR. AUGUSTO LUIZ DE ARAÇÃO PESSIN – Então, brevemente, fazendo um complemento.

Estamos em pandemia, milhares de pessoas estão morrendo por dia. Apenas após esse tempo todo de naturalização abjeta dessa situação provinda de um governo absolutamente atípico, que vem com articulações de um império estado-unidense, que, por sorte, já mudou a sua orientação, e podemos sequer cogitar que essa situação esteja acontecendo.

Como é que essas forças policiais estão ingressando dessa maneira nas comunidades em plena pandemia, sem mandado, com a suposta justificativa de autorização na entrada? Quem é que autoriza a entrada das forças policiais, uma ocupação de moradia? Quem que tem legitimidade para tanto? É evidente que a única saída viável é conversar, como a Sra. Carmem propôs, e, assim, fazer visitas racionais e planejadas. É a única solução que atende minimamente os aspectos de saúde pública.

Portanto, peço que saiamos desse transe e percebamos o absurdo dessa situação, pois essas pessoas estão sob sensação de terror psicológico. Isso a nós chega como tortura para a remoção dessas populações de seu espaço. Isso é um caso para cortes internacionais de direitos humanos. Eu agradeço muito a atenção.

E especialmente à Sra. Carmen: é uma grande alegria dividir o tempo histórico com uma pessoa dessa envergadura e dessa sabedoria.

Convoco todos para que a escutem, para que façamos um trabalho conjunto, o melhor possível, pois todas as ocupações da Cidade estão sob ameaça nesse momento. Somos tão fortes, até o mais frágil, e nesse momento a Ouvidoria está pedindo ajuda, estamos em ataque psicológico. É uma população jovem, que precisa de apoio e não de polícia.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Obrigado, Augusto.

Tem a palavra a Sra. Silmara Aparecida Congo da Costa.

A SRA. SILMARA APARECIDA CONGO DA COSTA – Boa tarde a todos. Eu vou falar por nome, mas acredito que a realidade, tanto da Polícia Militar, quanto da Civil, é de opressão agora.

A verdadeira realidade é que você anda na rua e já fica com medo, porque hoje eles são treinados para abordar, seja lá qualquer pessoa. Eles entram na nossa casa como se fossem os donos. Tenho filhos, crianças, e passei por uma situação bem constrangedora agora.

Por nós sermos de movimento social e estarmos bem, inclusive com um pouco de trabalho do companheiro Adriano, fomos tachados como ladrão de energia. Fui parar dentro de um CDC Feminino e ele, de um CDP Masculino, por uma coisa que não existe.

Fui detida pela questão de que eu estava roubando energia. Como é que o sem teto vive sem energia? Porque você não consegue negociar com a Enel e a Sabesp. Simplesmente fomos tachados disso. O movimento social é discriminado.

É isso, não tem outro ponto para dizer. A maneira como eles chegam, simplesmente eles levam você e não dão o direito de você falar o que aconteceu. Simplesmente, eles levam você e determinam que vai ficar preso e está roubando. Simples assim.

Isso não foi só comigo, aconteceu com o companheiro Adriano também. E com quantos mais isso acontece e ninguém fica sabendo? Quantas pessoas estão presas hoje, inocentes? Porque a polícia não tem preparo. É isso o que eu consigo entender. Na realidade, nós não temos direito, porque eles não nos dão direito.

Os meus direitos eles roubaram, são roubados todos os dias. A minha luta vai continuar, isso não tem dúvida. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – Ok, muito obrigado. Se cumprimos o tempo de três minutos ficará bem dinâmico e conseguiremos terminar. Temos uma lista de inscritos para ouvir, não são muitos, mas peço para serem rápidos para ser possível.

Vou passar a palavra para Vera Lucia Barbosa de Oliveira e a condução dos trabalhos para o Vereador Antonio Donato. Tínhamos combinado de fazer uma divisão, uma vez que temos outro compromisso nesse mesmo horário. O Vereador Antonio Donato dará continuidade aos trabalhos.

Tem a palavra a Sra. Vera Lucia Barbosa de Oliveira. Não está? Alexandra Gomes da Silva. Marília Müller. Ananda Endo.

O SR. RENATO – Pela Ananda tem e quem vai falar, na verdade, é o Renato, do Observatório de Remoções. Ela me cedeu seu espaço de fala. Vou fazer uma fala rápida no lugar da Ananda, vocês me escutam?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – OK. Antes de passar a palavra, vou deixar meus agradecimentos a todos vocês que estiveram conosco. O Vereador Antonio Donato vai dar continuidade à condução dos trabalhos. Obrigado, Donato.

- Assume a presidência o Sr. Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vereador Suplicy, por favor, ative o mudo do microfone. Obrigado. Renato, três minutos, por favor.

O SR. RENATO – Ok, eu falo em nome do Observatório de Remoções, que acompanhou de perto o processo de criminalização, especialmente desde 2018, com o incêndio da torre de vidro, no Largo do Paissandu.

Queria comentar que a Vereadora Silvia falou sobre as remoções nas quadras 37 e 38, que a gente acompanha também. Teve essa suspensão do dia 10, mas vou usar esse espaço para dizer que infelizmente muitas remoções aconteceram nessas quadras, que estão bem esvaziadas.

Mas, hoje, a gente vai falar das ocupações do Centro. Então, aqui a nossa solidariedade aos companheiros detidos, como a Silmara, que acabou de fazer uma fala, um depoimento muito forte, mas também ao Sukita.

Assim, a nossa solidariedade às ocupações atingidas, como a comunidade Mauá, Prestes Maia, a Ouvidor, assim como outras lideranças que já foram perseguidas e estão aqui

hoje, como a Neti, a Carmen e muitos outros companheiros e ocupações.

Não vou usar o meu espaço para repetir os casos de denúncia de truculência e intimidação que estão se repetindo, se acumulando e se intensificando nos últimos tempos, não só nas ocupações consolidadas do Centro, mas nas periferias da Cidade.

A ação da polícia e a violência por ela produzida não podem ser aceitas por uma sociedade que se quer democrática. Precisamos construir espaços e canais de controle e mediação contra os abusos do braço armado do Estado.

Esses assédios que a gente está vendo nas ocupações consolidadas já da Cidade, das lideranças que são conhecidas por todos, os abusos que os moradores das ocupações estão recebendo de forma sistemática, entrada sem mandado, não podem continuar. Tudo isso fica muito mais grave nesse momento de pandemia.

Acho que tem também uma transformação importante, que a gente está vendo no processo de criminalização. A gente sabe que o processo de criminalização dos movimentos e das ocupações é histórico. Mas acho que vemos um ponto novo, que não é mais só a questão da posse das ocupações.

Agora, os modos de gestão das ocupações viraram alvo. Os modos de organização internos das ocupações estão no foco e isso está permitindo a criminalização das lideranças e coordenação dessas ocupações. E aí a polícia entra com o poder arbitrário e discricionário para executar essa nova frente de criminalização, que vem acontecendo.

Por fim, encerro aqui a minha fala. Queria dizer que os pesquisadores e pesquisadoras, laboratórios de pesquisa e universidades estão acompanhando e monitorando todos esses casos de violações, ficando ao lado dos movimentos e em defesa dos direitos humanos. Assim, colocam-se à disposição para pensarem encaminhamentos e formas para enfrentar as violações e abusos que, imagino, não seja o ideal de ninguém que está aqui, não é isso, acredito, que nós queremos.

Obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Renato. A próxima inscrita é

Barbara Renno. (Pausa) O próximo, Bruno Nascimento (Pausa) O próximo é Fernando Botton (Pausa) A próxima, Marilene Ribeiro. (Pausa) Próximo, André Araujo. (Pausa) Próxima, Antonia Lindinalva. (Pausa) Próximo, José Gonçalves de Almeida. (Pausa) Henriquez Ravest. (Pausa) João Moreirão. (Pausa) Eu vi no chat Avanilson, que foi chamado antes, não estava, e voltou. O Avanilson está presente? (Pausa) São três minutos, por favor.

O SR. AVANILSON ARAÚJO – Muito obrigado. Oi, pessoal, eu consegui retornar. Eu faço parte do Movimento Luta Popular que organiza ações e trabalho nos bairros da periferia da grande São Paulo.

Quero saudar a todos nesta audiência, a iniciativa em particular do Vereador Eduardo Suplicy porque, inclusive, temos uma situação que quero tratar do ponto de vista da criminalização porque esse tema não entrou diretamente, seria o tema das remoções administrativas.

Passamos por uma situação na região de Perus, onde feita ocupação urbana com cerca de 400 famílias e, posteriormente, em cinco dias, fomos surpreendidos com operação da Subprefeitura de São Paulo. Isso foi há dois anos, três anos, com cerca de 50, 60 viaturas, a GCM alegando que o terreno era público e que, na verdade, estavam cumprindo uma ação de reintegração de posse. Então, essa é uma dimensão do tema criminalização, que quero abordar porque tem a ver, inclusive, com a construção de uma dinâmica para tentarmos minimamente criar um mecanismo democrático.

Sabe-se que estamos num momento de epidemia, um momento muito grave da situação nacional, há um desgoverno no Brasil do ponto de vista nacional e também, infelizmente, nos Estados, nos governos locais. E a política, de um lado, não tem vacina para as pessoas; de outro, não tem a retomada do auxílio emergencial. Ao mesmo tempo, seguem uma política de criminalização, que é a manutenção das remoções e dos despejos.

Além das situações que os companheiros e companheiras colocaram aqui, a gente está vivenciando no Movimento de Luta Popular a criminalização daqueles que fazem luta. Isso acirrou no último período, não é que não existia, mas aumentou o acirramento. Então, é

importante saber qual é a postura da Prefeitura de São Paulo, da metrópole. Falo, inclusive, como movimento que organiza luta na região metropolitana de São Paulo. Nós temos ocupações na zona Sul, em Osasco, em Cajamar e todas elas sofrem, vez ou outra, processo de criminalização em várias dimensões.

Queria, primeiro, saudar a iniciativa, mas, ao mesmo tempo, pensarmos em como vai ser mantida. Por que qual é o problema da audiência pública? Primeiro, é importante ser feita, nós estamos fazendo um debate público. Segunda questão: o que será tirado de concreto para resolver as questões do dia a dia das ocupações, dos movimentos de luta? O Padre Júlio Lancelotti é um exemplo categórico porque a Prefeitura de São Paulo colocou grade e pedras, numa situação em que o desemprego aumenta, em que aumenta o problema da moradia, as pessoas espontaneamente estão procurando lugar para ficar, sobreviver e o Estado, o Governo cria mecanismos higienistas.

Queria saudar o tema, a iniciativa, mas também reforçar principalmente quanto à perspectiva dos movimentos para manter sua autonomia e exigir, compartilhar a reivindicação com aqueles parlamentares que são favoráveis à luta do povo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Avanilson.

Quero registrar a presença do Vereador André Santos, que também participa desta audiência e é membro da Comissão de Política Urbana.

A próxima inscrita é a Preta Ferreira. São três minutos, Preta.

A SRA. PRETA FERREIRA – Boa tarde a todos, a todas. Primeiro, gostaria de agradecer por esta audiência.

Queria propor ao Coronel que tire uma comissão de policiais, junto com as lideranças dos movimentos sociais, para conhecerem as ações em defesa do direito à moradia. Quando falamos de direitos também cabem aos policiais, que são cidadãos e trabalhadores com menor renda, assim como nós. Nós sabemos muito bem que a polícia é treinada para invadir as casas dos pobres com menor renda. Em Alphaville a tratativa é diferente; A gente vê quando aparece na mídia caso de policiais que não podem pisar na calçada de um rico de

Alphaville. Vemos também policiais que invadem a casa de trabalhadores com menor renda, e agredem esse cidadão. Nós não somos inimigos da polícia, somos uma classe trabalhadora assim como a polícia. A polícia recebe ordem para invadir a casa do trabalhador de menor renda, e não se importa com a pandemia.

Coronel, eu gostaria de pedir que, quando os policiais invadissem esses lares, conversassem com essas pessoas porque o direito à moradia cabe também aos policiais. O direito à moradia não se trata somente do trabalhador sem-teto. Sem-teto é todo mundo que não tem uma certidão, um lar. Eu garanto que a maioria dos policiais não tem essa certidão. Seria interessante propor aos policiais entendimento do que é o movimento por moradia e as suas necessidades. Não somos ladrões, somos cidadãos de bem, estamos lutando por um direito constitucional. A gente não quer nada de ninguém, o que a gente precisa é de moradia. Se houvesse política pública voltada para o trabalhador de baixa renda, não haveria necessidade de existir o movimento.

Peço ao senhor que tire uma comissão, junto com os movimentos sociais, para que conversem polícia e o trabalhador de menor renda, porque a polícia também faz parte dessa parcela de trabalhador de menor renda, também precisa desse direito constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Preta.

Tem a palavra Jomarina Pires. (Pausa) A Jomarina é a última inscrita da minha lista. Consulto se alguém que está presente na sala não foi chamado e gostaria de fazer uso da palavra, para passarmos para as palavras finais dos nossos convidados.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Presidente Antonio Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Vereador Suplicy com a palavra.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – O Coronel Camilo, a quem reitero meu agradecimento por ter comparecido e gostaria também de agradecer sua atenção com respeito ao desaparecimento, por três dias, do nosso companheiro Robson Mendonça, que ficou três dias, por mal-estar, acabou sendo encontrado vivo e já teve... (Falha na transmissão.)

... foi encontrado na Rodoviária do Tietê, e o Secretário Coronel Camilo me

informou a respeito e já pude inclusive conversar com o Robson e dizer para ele o pleno restabelecimento.

Mas ele ainda não havia chegado e eu tinha proposto que nós possamos, como resultado desta reunião que foi, acredito, muito frutífera – e agradeço muito, Vereador Donato, a sua iniciativa -, quem sabe criar um grupo de trabalho com as representações dos movimentos sociais presentes, assim como também da Secretaria de Segurança Pública, da Defensoria Pública e da própria Secretaria de Direitos Humanos, que se encontra presente também, para prevenir situações como aquelas que foram descritas aqui, para que haja contínuo diálogo; e que nós, vereadores, possamos nesse diálogo entre as autoridades responsáveis e os diversos movimentos de moradia.

É isso que gostaria de deixar claro. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador Suplicy.

Consulto os demais Vereadores, Vereadora Silvia, Vereador André, Vereadora Ely Teruel, se desejam fazer uso da palavra, senão eu passo a palavra ao Coronel Camilo.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Pela ordem, Vereador André Santos com a palavra.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Quero cumprimentar todos. Hoje, mais uma vez a Câmara Municipal, juntamente com todos que estão presentes - cumprimentar o Coronel Camilo, meus companheiros vereadores e vereadoras -, está dando mais um sinal de que mesmo em período de pandemia nós estamos atentos à realidade da nossa população, buscando formas de tornar a vida das pessoas mais tranquila e de tornar a vida daqueles que têm batalhado bastante mais positiva.

Cumprimento todos e mais uma vez enalteço o bom trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Coronel Camilo em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Vereador.

Pela ordem, Vereadora Ely Teruel com a palavra.

A SRA. ELY TERUEL – Sr. Presidente, quero dizer que a reunião foi muito proveitosa, foi excelente, agradecer a todos os envolvidos, à Defensoria Pública, à Secretaria dos Direitos Humanos, a todas as autoridades, vereadores, colegas, a todos os líderes dos movimentos também, ao Coronel Camilo pela presença. Foi muito produtiva.

Eu acredito que nós, que temos o olhar para o povo, estamos empenhando, sim, no dia a dia. Infelizmente agravando mais essa situação da covid, tendo as nossas limitações, mas estamos, sim, envolvidos juntamente com a periferia...

- Falha na conexão.

(NÃO IDENTIFICADO) – Presidente Donato, ela travou.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – É um problema na conexão da Vereadora.

Então quero passar a palavra ao Coronel Camilo para dialogar com as propostas que lhe foram feitas.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – Vereador Donato, antes de passar, me concede um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Quem é?

O SR. RAIMUNDO BONFIM – É Raimundo Bonfim.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Raimundo, um minuto.

O SR. RAIMUNDO BONFIM – É que, para além das questões que o Vereador Suplicy relatou, que eu acho oportunas, a gente precisava também tomar iniciativa, e Coronel Camilo também, claro, no sentido de averiguar a possibilidade do desrespeito ao Art. 5º, Inciso XII da Constituição Federal, que é a violação de domicílio. Porque ainda que a polícia justifique que está acontecendo algum caso flagrante, alguma suspeita, não pode cometer um crime que é violar o Art. 5º, Inciso XII da Constituição Federal, que assegura que a casa é um asilo inviolável do indivíduo. E em massa, tanto no caso da Rua Mauá como em vários deles, mas especialmente no caso da Rua Mauá e no caso da Rua do Ouvidor, me parece que há uma clara violação do Art. 5º, Inciso XII da Constituição Federal. Então a gente não pode deixar de

considerar essa questão, para além do caso da moradia, de todas essas questões dos movimentos. Eu queria ver, Donato, se é possível pensar, sei lá, acionar o Ministério Público para fazer uma investigação da possível...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – A Defensoria Pública está presente, talvez possa se manifestar. Mas é que temos um limite para encerrar a audiência, então eu tenho que ser objetivo agora.

Coronel Camilo, várias propostas foram feitas à Polícia Militar na pessoa do senhor; se o senhor puder dialogar com elas neste momento.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Vamos lá. Obrigado, Presidente Donato. Boa tarde a todos, novamente, estamos agora no início da tarde.

Primeiro, quero deixar bem claro que a Secretaria de Segurança Pública está num diálogo aberto a todos os senhores e as senhoras nesta reunião, como em qualquer outra. Nós temos uma preocupação muito grande com o respeito às pessoas, uma preocupação muito grande para que os nossos policiais trabalhem de forma correta, seguindo os protocolos. Temos ciência de que em alguns casos isso pode não acontecer, e aí é que eu entro na segunda parte.

O diálogo está sempre aberto... (Falha na transmissão.) ...que vocês, quando tenham - me permitam chamar assim -, qualquer problema, tragam ao conhecimento da Secretaria de Segurança. Ou seja, a gente não gostaria que nenhum fato que tenha sido errado, tenha agido um integrante da polícia de forma errada, que ficasse sem a gente apurar e ver o que aconteceu.

Não compactuamos com a coisa errada, com o desvio de conduta.

Queria dizer, como comentaram aí: “Ah, é a orientação da polícia, né.”. Não é orientação da polícia. A orientação da polícia é tratar bem o cidadão. Aliás, usamos um slogan que o policial tem de tratar o cidadão como ele gostaria de ser tratado.

O canal está aberto. Tragam ao conhecimento na Secretaria de Segurança. Falo também em nome do General Campos que está em outra reunião, pediu para representá-lo

nesta audiência, mas o diálogo está aberto. Por favor, me encaminhem.

Agora, algumas questões pontuais. Especificamente em relação à filmagem. Podem filmar os policiais como falou bem o nosso defensor público, não há nada que impeça. Não há problema. Ao contrário, a polícia já colocou 500 câmeras, até o mês de abril, maio no máximo, serão 2.500 câmeras de corpo. São aquelas câmeras corporais que filmam toda a ação policial. Ficarão 24 horas ligada, o policial não consegue desligar. O Comando pode entrar na câmera do policial e ver o que ele está fazendo. A ação do policial será filmada o tempo todo. Mais um reforço de que podem filmar, não há problema nenhum.

A polícia entrou armada na minha ocupação. A polícia sempre vai entrar armada, não há outra forma de a polícia agir. Ela não precisa usar a arma em determinados momentos sem necessidade, mas só o fato de usar arma a gente não consegue evitar. Até pela própria segurança do policial. Deixo isso bem claro.

Com relação às intervenções de reintegração de posse. Não é a polícia que determina a reintegração. Muitos policiais, falo como policial, nós não queremos fazer reintegrações de posse, só que temos ordens judiciais a cumprir sob pena de responder por isso. Houve policial que respondeu, inclusive, chegou a ser punido judicialmente por não cumprimento de ordem judicial. Ele dá apoio, ele acompanha o oficial de justiça.

As questões que se dão em reintegrações, que a nossa Vereadora falou sobre estudarmos, que não pode ter reintegração agora. Isso precisa ser questionado, levado talvez pela Defensoria, ou por outro órgão, pela OAB, junto ao Poder Judiciário. Não dá para a polícia não atender quando vem uma ordem de reintegração.

As reintegrações de Mauá, por exemplo, vou procurar saber, levantar o que aconteceu, para dar uma resposta aos nossos Vereadores, se houve algum tipo de... um levantamento para saber o que aconteceu. Independentemente disso, nos comuniquem.

Uma coisa quero deixar bem claro: a polícia de São Paulo não foi criada há 50 anos. Ela vai fazer 200 anos, tem 190 anos. Foi criada para defender o cidadão de São Paulo, é o primeiro anteparo, muitas vezes, do cidadão pobre.

A maioria dos nossos policiais vem da área carente, nasceu em áreas periféricas, entrou para a polícia, entende o que passa o cidadão. Eu mesmo nasci em Ferraz de Vasconcelos. A gente procura fazer o melhor pela população.

Ah, mas tem um policial que agiu assim. Ele agiu com desvio de conduta. Não é uma orientação institucional agir errado, prejudicar ou usar violência. Esse policial tem de ser responsabilizado, o fato pode ser comunicado no batalhão, na Corregedoria, pelo Disque Denúncia nº 181, sem se identificar.

Só enfatizar que a orientação é para o bem, para o bem comum, para salvar as pessoas. São praticamente 80 mil ligações, por dia, no Copom. Mais ou menos 20 mil vezes uma viatura vai atender o cidadão para proteger, para desengasgar, para salvar de um acidente, ou qualquer coisa que seja.

Dentre esses 112 mil policiais, na Segurança Pública de São Paulo, há alguns que não agem corretamente como há em qualquer lugar, qualquer profissão. Tragam ao nosso conhecimento. A polícia está aí, a sua razão de ser é o cidadão. Não há outra questão, não há outra forma de a polícia agir.

Por último, gostaria de dizer que o nosso policial também sofre com moradia. Estamos tentando trabalhar num programa para os policiais. Acho que foi a Preta que falou que os policiais também têm problemas. Têm. Há vários policiais que moram em comunidades. Nós sabemos que nas comunidades, inclusive, a maioria esmagadora, ou seja, 99,9%, dos moradores é formada por pessoas boas.

Disseram que a polícia persegue os moradores, mas a polícia persegue o criminoso. Onde isso não acontece, onde há erro, nós estamos abertos.

Deixo à disposição dos senhores e dos movimentos a diretoria da Polícia Militar de São Paulo, chamada Diretoria da Polícia Comunitária e Direitos Humanos, que hoje é comandada brilhantemente pelo Coronel Leandro que, por acaso, é um negro. Não precisaria ser, a maioria não foi. Mas quero dizer que estamos trabalhando junto com a Zumbi dos Palmares e com a sociedade para melhorar cada vez mais.

Só para finalizar, a razão de ser a polícia é o cidadão. Trabalhamos com protocolos de orientação institucional no sentido de tratar bem as pessoas, respeitar os direitos humanos, trabalhar com as melhores práticas e com gestão. Primamos pela correição muito forte, uma Corregedoria forte da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Onde não acontecer isso fiquem atentos e comuniquem à Secretaria de Segurança para que a gente possa responsabilizar quem agiu de forma errada.

As sugestões, como falou o nosso Vereador, sempre Senador Suplicy, estamos abertos também a sugestões. Encaminhem para nós, seja via presidente da Comissão de Política Urbana, seja diretamente na Secretaria, que faremos um estudo do que for importante. A gente contata quem fez a sugestão para que as polícias possam ser aperfeiçoadas, ou seja, para que elas se tornem melhor.

Deixo bem claro o nosso respeito a todos vocês. Sabemos do problema sério de moradia em São Paulo. A grande parte das ações das polícias são motivadas. Não é assim: a polícia levanta de manhã e decide ir na ocupação. Não é isso. Normalmente, são ligações ao 190, são determinações judiciais, são denúncias. Onde isso não cumprir a lei, tragam ao nosso conhecimento.

Quero deixar patente a nossa disposição ao diálogo. Falo aqui em nome do nosso Secretário de Segurança Pública.

Presidente Antonio Donato, muito obrigado. Parabéns pela audiência pública. É discutindo e ouvindo que nós construiremos soluções para todas as situações. Acredito que essa de moradia tende a ter um caminho bom sempre que a gente debate o assunto, traz quem trabalha com isso, escuta. Vamos tentar melhorar do lado do Poder Público também.

Muito obrigado.

(NÃO IDENTIFICADO) - Coronel, o senhor precisa deixar para a gente o contato do senhor, um *e-mail* para que a gente possa dialogar quando estiverem acontecendo essas situações.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Pessoal, a orientação é a seguinte:

Prevenção, vocês podem mandar: faleconosco@seguranca.sp.gov.br.

(NÃO IDENTIFICADO) – Se o senhor puder escrever no *chat* o endereço de *e-mail* e o telefone.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Antes de sair vou escrever o endereço e o telefone, está bom? Estamos abertos a ouvi-los.

O SR. HENRIQUE OLLITTA – Coronel, eu fiz uma proposta, acredito ser de viabilidade simples pelo tamanho que tem a estrutura da Secretaria de Segurança Pública, inclusive, eu ressaltai na minha intervenção, dizendo do diálogo aberto que sempre tivemos com o gabinete, o que agradeço antecipadamente, inclusive a sua presença aqui. Eu fiz uma proposta que seria interessante: que o gabinete tivesse, lógico que não publicamente, mas tivesse pelo menos algumas das nossas lideranças, um canal aberto durante 24 horas para que pudéssemos acionar o gabinete, um telefone ou um oficial, que pudéssemos acionar o gabinete no momento em que as coisas estivessem ocorrendo. Porque não adianta depois fazermos ofício, relatar o caso depois que o leite está derramado na ponta onde comandados da Secretaria de Segurança Pública estão cometendo violações da lei.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Olha, é o seguinte: nesses casos, não há problema nenhum em ligar para o próprio 190. Não vamos ter uma estrutura ou alguém aqui só para poder fazer isso. São muitas questões na Secretaria de Segurança. Não vai ter alguém aqui, por exemplo, à meia-noite, não vai ter. A emergência da polícia é 190, e podem ligar inclusive no 190 se acharem que alguma coisa estiver sendo feita de forma errada. Liga para o 190 e fala: Olha, está acontecendo um problema aqui, um policial não está agindo certo. O 190 vai mandar o oficial responsável ou o superior dele ao local. Não dá para montarmos aqui mais uma estrutura de emergência na Secretaria.

Vamos deixar os canais abertos durante o dia, vou deixar o telefone, mas não dá para deixar um telefone como imagino que você queira, 24 horas para podermos intervir a cada momento, mesmo porque, pelo que temos de histórico, os casos são muito pontuais. Embora dos 112 mil policiais, a maioria são pessoas de bem, não ganham adequadamente, mas fazem

um bom trabalho. Tem alguns que se desviam? Tem. Reconheço que tem, como tem repórter, como tem padre, como tem advogado, como tem político. Sempre tem aquele que não segue as regras, e esse precisamos tirar do seio das corporações.

Vou colocar aqui, depois, o telefone, o *e-mail* para contato e vou deixar bem claro: se houver um caso que esteja ocorrendo, é só ligar para o 190 e falar que está tendo um problema, que um policial não está agindo corretamente. E, de novo, como já foi falado: filmem. Não há problema em filmar a ação e depois nos mandem para tomamos providências com relação a isso. Não há problema nenhum. Não compactuamos com as coisas erradas. Repito: aqui primamos pela coisa certa.

A Secretaria de Segurança tem um norte, que é trabalhar ao lado do cidadão, pelo cidadão. E aqueles dois policiais que estão na ponta da linha lá, a maioria deles veio de uma área carente, eles estão lá para defender o cidadão e onde isso não acontece, ele não seguiu os protocolos e teve um desvio de conduta, serão responsabilizados. Comuniquem-nos.

Vamos tentar criar um fórum de debate com a diretoria de polícia comunitária, de direitos humanos. Isso sim, vou passar, também, os contatos ao Presidente da Comissão, para que isso flua melhor daqui para frente. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) – Obrigado, Coronel. Só queria acrescentar...

A SRA. CARMEN SILVA – Vereador Donato...

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Não posso reabrir o debate, infelizmente.

A SRA. CARMEN SILVA – Não é debate. Só queria insistir em uma questão a esta Câmara, não é nem para o Coronel. Criem esse grupo de trabalho, uma comissão para realmente...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Era isso que ia encaminhar. Ia dizer para o Coronel, o Vereador Suplicy é da Comissão de Direitos Humanos; eu, a Vereadora Sílvia, a Vereadora Ely, o Vereador André Santos e o Vereador Paulo Frange somos da Comissão de

Política Urbana, e podemos, internamente, nos organizar, porque surgiram muitas propostas e poderíamos ter uma reunião com a Secretaria de Segurança para ver de que maneira podemos encaminhar com tranquilidade, vendo as possibilidades de aumentar o diálogo e prevenir para que as coisas não cheguem ao ponto que chegaram.

Vamos procurá-lo em breve e gostaria de fazer essa proposta ao Vereador Eduardo Suplicy e aos demais membros da Comissão de Política Urbana, dando seguimento ao que a Carmen disse, que a Câmara também se preocupa com essa questão de maneira permanente e que possamos ter esse mecanismo de diálogo e de mediação.

Quero agradecer a presença de todos. Temos um limite de horário.

Gostaria de perguntar ao Defensor Público, Dr. Allan, se quer fazer alguma colocação. (Pausa) Coronel Camilo, se precisar sair, fique à vontade.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Agradeço a todos. Estou à disposição. Só para comentar, também temos aqui uma Defensora Pública, que está nos ajudando e lida exatamente com as questões de Direitos Humanos dentro da própria Secretaria de Segurança.

Estamos à disposição para participar do grupo, Presidente.

(NÃO IDENTIFICADO) - Coloca o telefone no *chat* e o *e-mail*, Coronel, por favor.

O SR. ALVARO BATISTA CAMILO – Vou colocar.

O SR. ALLAN RAMALHO - Pela Defensoria Pública, quero agradecer novamente o contato, me colocar à disposição para os encaminhamentos, para participar dos GTs, dos grupos. Coloco-me à disposição sempre para qualquer tipo de encaminhamento e construção de uma solução conjunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Muito obrigado, Dr. Allan. A Secretaria de Direitos Humanos quer fazer alguma observação, seu representante? (Pausa)

O SR. LUIZ ORSATTI FILHO – Só agradecer, Presidente. A Secretaria está de acordo na criação do GT. (Falha na transmissão.) ...e estamos à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado. Agradeço a todos.

Apenas guardando o Coronel Camilo passar os seus contatos, na sequência fechamos a sala.

E na segunda-feira, às 14h30, temos a continuação desse debate com as concessionárias: Enel e a Sabesp sobre esse tema ainda das ocupações e a relação com as concessionárias, que é outro problema que vamos ter de tratar.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Muito bem. Muito obrigado, Donato.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Muito obrigado a todos. Cuidem-se.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY - Parabéns a todos. Fica formado então esse fórum, essa comissão com as pessoas mencionadas da Diretoria dos Direitos Humanos da Secretaria.

Obrigado e parabéns a todos os presentes.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Donato) - Obrigado a todos. Estão encerrados os nossos trabalhos.